



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 820/97

“Dispõe sobre a política de pessoal e institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários do Município de Lajinha e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Lajinha, Minas Gerais, por seus Vereadores, aprovou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Lajinha e estabelece o Quadro de Pessoal e as respectivas tabelas de vencimentos.

Art. 2º - A política de Pessoal do Poder Executivo do Município de Lajinha, será fundamentada na valorização dos servidores, base da dignificação da função pública, tendo por objetivo os seguintes princípios:

I - Profissionalização, atualização e aperfeiçoamento técnico dos servidores;

II - Promoção dos servidores de acordo com o tempo de serviço, merecimento e aperfeiçoamento profissional;

III - Remuneração compatível com os respectivos níveis de formação, experiência profissional dos servidores.

Art. 3º - O regime jurídico dos servidores públicos do Município é de natureza estatutária, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos de Lajinha.

Art. 4º - A investidura nos cargos públicos municipais depende de aprovação prévia em concurso público de provas de títulos, ressalvadas as nomeações para os cargos em comissão.

Art. 5º - Para suprir a real e comprovada necessidade de pessoal, poderá o servidor ser designado para exercício de função pública, nos casos de:

I - Substituição, durante o impedimento do titular do cargo;

II - Vacância do cargo, até seu definitivo provimento e quando não houver candidato aprovado em concurso;

III - Exercício de atividade especial, assim considerada a função que na lei é de livre designação e dispensa pela autoridade, e que, pela natureza e desempenho transitório, não justifica a criação de cargo público.

Art. 6º - O planejamento, a coordenação, a orientação e a execução das atividades relacionadas com a administração de pessoal, observado o disposto nesta lei e na legislação complementar, ficam sob a responsabilidade do setor de pessoal e recursos humanos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

CAPÍTULO II.

DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CONCEITOS

Art. 7º - Para efeitos desta lei, consideram-se os seguintes conceitos básicos:

I - Cargo - é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor;

II - Função - é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor, transitória ou eventualmente;

III - Servidor - é a pessoa ocupante de um cargo efetivo;

IV - Vencimento - é o valor mensal atribuído ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao nível da faixa da respectiva classe (Anexo II), cujo valor é fixado nas tabelas de vencimentos constantes do Anexo IV;

V - Remuneração - é a retribuição pecuniária correspondente à soma do vencimento, parte fixa, com os adicionais e demais vantagens a que tem direito o servidor;

VI - Tabela de Vencimento - é o conjunto organizado, em nível e graus, de todas as retribuições pecuniárias adotadas pelo Poder Executivo;

VII - Nível - é a posição dos cargos na tabela de vencimento,

expressas em algarismos romanos;

VIII - Faixa de Vencimento - é o conjunto de graus dentro de cada nível de vencimento;

IX - Grau - é a posição remuneratória, em cada nível, para os cargos, expressos em letras;

X - Progressão - é o posicionamento do servidor a um grau remuneratório superior àquele que está no mesmo nível;

XI - Enquadramento - é o ajustamento do servidor no quadro, em cargo e nível, de conformidade com as condições e requisitos especificados para o cargo;

XII - Grupo ou Classe - é o conjunto de cargos caracterizados quanto ao tipo de desempenho, grau de escolaridade e experiência requerida;

XIII - Quadro - é o conjunto descritivo que define, em seus aspectos quantitativo e qualitativo, a força de trabalho necessário ao desempenho das atividades normais e específicas do Poder Executivo;

XIV - Lotação - é o órgão onde o servidor deverá desempenhar as suas atribuições.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO

Art. 8º - Os servidores municipais serão agrupados, pôr cargos, no Quadro Geral dos Servidores Municipais.

Art. 9º - O Quadro de Pessoal (Quadro Geral dos Servidores Municipais) é composta de classes de cargos de provimento efetivo e as de provimento em comissão e o Quadro Suplementar é o conjunto de cargos de natureza temporária. As classes de cargos de provimento efetivo e as de provimento em comissão, serão distribuídas em:

I - Classe de Cargos de Provimento em Comissão – CPC
(Anexo I)



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

II - Classe de Cargos de Provimento Efetivo - CPE

(Anexo II)

Art. 10 - Integram a classe de Cargos e Provimento Efetivo as seguintes categorias funcionais:

- I - Categoria Funcional da Área Administrativa - AA;
- II - Categoria Funcional da Área Educacional - AE;
- III - Categoria Funcional da Área de Saúde - AS;
- IV - Categoria Funcional da Área Operacional - AO;

Parágrafo Único - As Classes de cargos de provimento efetivo, dispostas em carreiras, são as constantes do Anexo III.

Art. 11 - O valor atribuído a cada nível de vencimento corresponde:

- I - Jornada semanal de até quarenta e quatro horas;
- II - Jornada inferior à fixada no inciso I, desde que estabele-cida como medida preventiva a riscos atribuídos à insalubridade ou ao contato com material nocivo à vida ou à saúde do servidor, ou atribuídos quando fixada em lei que regulamenta profissão ou ocupação;
- III. - O valor do vencimento referente à jornada inferior à estabelecida, não caracterizada na forma do inciso II., será fixada proporcionalmente.

Art. 12 - Poderá o Poder Executivo estabelecer, por decreto, jornada de trabalho especial por categoria funcional.

Art. 13 - Os adicionais a que fizer jus o servidor, serão pagos conforme estabelecer o Estatuto dos Servidores do Município.

CAPÍTULO IV

DA PROGRESSÃO

Art. 14 - A progressão é a elevação do vencimento do servidor ao grau imediatamente superior ao em que está posicionado na faixa de vencimento da respectiva classe.

Art. 15 - As progressões serão feitas por merecimento e antigüidade, e serão adquiridas no cargo, podendo ser cumulativas dentro do período exigido.

Art. 16 - O servidor terá direito à progressão horizontal em seu cargo efetivo, desde que satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - Estar em efetivo exercício no serviço público, com o mesmo nível de vencimento, pelo intervalo requerido para concessão não inferior a quatro anos;
- II - Ter obtido conceito favorável em Avaliação de Desempenho;
- III - Não ter sofrido pena disciplinar dentro do intervalo requerido.

§ 1º - Para fins de determinação do efetivo exercício, previsto no inciso I deste artigo, não serão descontados os afastamentos decorrentes de disponibilidade remunerada ou de direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 2º - Os afastamentos decorrentes de licença ou disponibilidade não remuneradas interrompem a contagem de tempo para a satisfação do intervalo requerido.

§ 3º - O interstício para as progressões seguintes à primeira é contado a partir da data da última progressão horizontal.

§ 4º - Todo servidor terá direito às progressões horizontais durante a sua permanência no serviço público, inclusive quando estiver exercendo função de confiança, sendo a progressão por antigüidade a cada período completado.

§ 5º - O conceito de merecimento de cada servidor será apurado em boletim semestral preenchido pela chefia imediata e revisto pela Comissão de Promoção, considerando, dentre outros, os seguintes elementos:

- I - Eficiência;
- II - Dedicção do Serviço;
- III - Espírito de Colaboração;
- IV - Permanência no recinto de trabalho;
- V - Pontualidade;
- VI - Assiduidade.

§ 6º - Será conferido ao servidor direito de recurso, caso não concorde com o resultado de avaliação.

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO

Art. 17 - A Comissão de Promoção será integrada por dois membros indicados pelo Prefeito, pelo Secretário Municipal de Administração e por dois representantes dos servidores, escolhidos em eleição por maioria simples.

§ 1º - A Comissão decidirá pela maioria, com a presença dos cinco membros.

§ 2º - A Comissão reunir-se-á pelo menos uma vez a cada semestre.

Art. 18 - Compete à Comissão:

I - Opinar sobre o conceito apurado e propor modificações, quando julgar necessários;

II - Convocar a chefia imediata do servidor candidato à promoção, para quaisquer esclarecimentos sobre conceitos de desempenho apurados;

III - Acolher recursos interpostos pelos servidores e opinar na apuração do merecimento;

IV - Encaminhar ao Prefeito Municipal os nomes dos servidores que deverão ser promovidos por merecimento.

Art. 19 - Os servidores que discordarem do resultado da apuração de merecimento terão direito de interpor recursos fundamentados ao Prefeito Municipal, no prazo máximo de 10 dias, a contar da divulgação do resultado.

Art. 20 - O Prefeito Municipal encaminhará o recurso à Comissão de Promoção, que terá o mesmo prazo previsto no parágrafo anterior para opinar.



CAPÍTULO VI

DO ENQUADRAMENTO

Art. 21 - O enquadramento dos servidores no quadro de pessoal do Município dar-se-á observado o seguinte:

I - Nenhum servidor será enquadrado em cargo inferior ao seu cargo correlato;

II. - O servidor, após enquadrado, será ajustado horizontalmente, de acordo com o tempo de serviço no Poder Executivo, e lhe será concedido o avanço de 01 grau em sua respectiva faixa para cada 04 anos de efetivo exercício.

III. - Fica assegurado ao servidor o direito de, completando o período aquisitivo, ser reajustado horizontalmente, com base nos mesmos parâmetros aplicados a todos os servidores.

Art. 22 - O enquadramento se dará no prazo de 90 dias contados da publicação desta lei e o ajustamento horizontalmente, por antigüidade.

Art. 23 - Nenhum servidor será enquadrado com base no exercício de qualquer cargo em substituição.

Art. 24 - Os servidores serão enquadrados, respeitada a correlação de vencimentos atuais e propostos.

Art. 25 - O servidor que discordar do seu enquadramento, terá o direito de interpor recurso fundamentado ao setor de pessoal e recursos humanos, no prazo máximo de 10 dias, a contar da data de aplicação da presente lei.

Parágrafo Único - Só serão aceitos recursos dos servidores nos seguintes casos:

I - Redução de remuneração;

II - Rebaixamento funcional;

III - Adoção de critérios de forma arbitrária ou contrária aos estabelecidos nesta lei.

CAPÍTULO VII

DO APOSTILAMENTO E SUBSTITUIÇÃO

Art. 26 - O servidor municipal em efetivo exercício no serviço público e que exerce cargo de provimento em comissão e dele for exonerado por iniciativa da Administração, não motivada por penalidade ou a pedido escrito do interessado, após contar mais de 07 anos consecutivos ou 10 anos intercaladas de exercício em cargo comissionado, continuará, ao reassumir o cargo efetivo de que é titular, a receber o vencimento correspondente ao cargo exercido.

Art. 27 - Quando o servidor houver ocupado mais de um cargo comissionado, o vencimento será correspondente ao cargo de maior tempo de exercício.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 28 - Os ocupantes de cargos efetivos em comissão, serão substituídos, em seus afastamentos temporários, por servidores ocupantes de cargos efetivos, em prazo certo e determinado.

Art. 29 - O substituto fará jus ao vencimento do seu cargo efetivo mais a gratificação de 50% referente ao vencimento do cargo substituído, quando o período de afastamento do titular for superior a 35 dias.

CAPÍTULO VIII

DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 30 – Será devida a gratificação:

- a) Ao médico especialista (médico da família), com dedicação exclusiva, que terá acrescida sua remuneração em 100% (cem por cento), calculado sobre o vencimento básico;*
- b) Ao médico especialista ortopedista que terá acrescida sua remuneração em 20% (vinte por cento), calculado sobre o vencimento básico;*
- c) Ao médico clínico geral, que terá acrescida sua remuneração em 30% (trinta por cento), calculado sobre o vencimento básico, por plantão de 24 (vinte e quatro) horas prestado no pronto socorro, conforme determinação da Secretaria Municipal de Saúde.*
- d) Ao médico clínico-geral responsável pelas AIH (autorização de Internação hospitalar) que terá acrescida sua remuneração em até 72% (setenta e dois por cento) calculado sobre o vencimento básico.*
- e) Ao Cirurgião-Dentista que, por necessidade do serviço público devidamente justificado pela Secretaria Municipal de Saúde, tiver alterado o tempo de atendimento, terá acrescida sua remuneração em até 100% (cem por cento), calculado sobre o vencimento básico.*

Art. 31 – Os servidores efetivos que por necessidade e a bem do serviço público, efetuarem tarefas extras ou especiais, poderão ter sua remuneração/hora acrescida em até 50% (cinquenta por cento).-

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 - Os servidores estáveis pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, serão enquadrados no Quadro Suplementar, se não prestarem concurso para fins de efetivação.

Parágrafo Único - O enquadramento será feito mantendo o cargo atual, observados aos mesmos as vantagens dos capítulos IV e V I desta lei.

Art. 33 - Os cargos constantes do Quadro Suplementar serão automaticamente extintos ao vagarem.

Art. 34 - Os proventos de pessoal inativo e dos pensionistas serão revistos na mesma proporção e ajustados à presente lei, segundo os preceitos estabelecidos no parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição da República.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 35 - Os servidores inativos serão enquadrados nos níveis correspondentes aos cargos de sua equivalência.

Art. 36 - A composição numérica do Quadro de Pessoal é a constante no Anexo II. desta lei.

Art. 37 - A transformação do atual Quadro de Pessoal da Prefeitura será detalhada por Decreto do Executivo a ser expedido no prazo máximo de 90 dias contados da data da publicação desta lei.

Art. 38 - Os dispositivos desta lei relativos a vencimentos, são os estabelecidos nas tabelas permanentes contidas nos Anexos III e IV.

Art. 39 - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar, por Decreto Executivo, as contratações para obras e serviços, previstas no inciso IX do artigo 37, da Constituição da República.

Art. 40 - Ficam assegurados aos servidores do Município de Lajinha, a partir da vigência desta lei, os direitos e vantagem nela previstas.

Art. 41 - As especificações dos cargos, contendo caracterização das atividades, requisitos necessários e escolaridade requerida será objeto de Decreto do Executivo.

Art. 42 - Fica o poder Executivo autorizado a regulamentar, por Decreto Executivo, os atos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 43 - Integram a presente Lei os seguintes anexos:

- Anexo I - Classe de Cargos de Provimento em Comissão;
- Anexo II - Classe de Cargos de Provimento Efetivo;
- Anexo III - Tabela de Vencimentos dos Cargos em Comissão;
- Anexo IV - Tabela de Vencimentos dos Cargos Efetivos.

Art. 44 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias prevista no Orçamento e de Créditos Suplementares que se fizerem necessários.

Art. 45 - Revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis 677/92, 773/97 e 776/97, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 1.997.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E
SETE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE MIL NOVE-
CENTOS E NOVENTA E SETE. (27-10-1997)

Ver. PAULO CÉZAR HASTENREITER PORTES
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 28-10-97, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel

At. Legislativo

ANEXO I

CLASSES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CÓDIGO	Nº DE CARGO	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
CPC-01	01	Secretário Municipal de Educação e Cultura	VI-C
CPC-02	01	Secretário Municipal de Administração	VI-C
CPC-03	01	Secretário Municipal de Fazenda	VI-C
CPC-04	01	Secretário Municipal de Recursos Humanos	VI-C
CPC-05	01	Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social	VII-C
CPC-06	01	Secretário Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo	VII-C
CPC-07	01	Secretário Municipal de Agricultura	II-C
CPC-08	01	Secretário Adjunto de Transporte Obras e Urbanismo	IV-C
CPC-09	01	Diretor da Creche Sede	I-C
CPC-10	01	Diretor de Desporto, Lazer e Turismo	II-C
CPC-11	01	Diretor Escola Municipal Bem-Me-Quer	II-C
CPC-12	01	Diretor Programa de Amparo ao Menor e Adolescente	II-C
CPC-13	01	Diretor de Tributação	III-C
CPC-14	01	Diretor do Terminal Rodoviário Municipal	II-C
CPC-15	01	Diretor Vigilância Sanitária e Epidemiologia	I-C

ANEXO II

CLASSES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Categoria Fundamental da Área Administrativa - AA

CÓDIGO	Nº. DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	ESCOLARIDADE
CPE-01	16	Agente Administrativo	III	1º Grau
CPE-02	19	Auxiliar Administrativo	VII	1º Grau
CPE-03	06	Digitador	IV	1º Grau
CPE-04	02	Fiscal de Obras	III	1º Grau
CPE-05	03	Fiscal de Postura	III	1º Grau
CPE-06	03	Fiscal de Tributos	III	1º Grau



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

CPE-07	02	Oficial de Administração	IX	2º Grau
CPE-08	01	Técnico em Contabilidade	VII	2º Grau
CPE-09	01	Defensor Público	XI	Superior - Direito c/ habilitação

Categoria Fundamental da Área Educacional - AE

CÓDIGO	Nº. DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	ESCOLARIDADE
CPE-10	50	Merendeira Escolar	I	Alfabetizado
CPE-11	01	Auxiliar de Biblioteca	VII	1º Grau
CPE-12	02	Supervisor Educacional	VII	Superior – Pedagogia
CPE-13	02	Supervisor de Merenda Escolar	VII	2º Grau
CPE-14	15	Professor de Pré Escola	V	2º Grau – Especialização
CPE-15	70	Professor de 1ª à 4ª série do 1º Grau	IV	2º Grau – Magistério
CPE-16	15	Professor de 5ª à 8ª série do 1º Grau	VI	Licenciatura Plena

Categoria Fundamental da Área de Saúde - AS

CÓDIGO	Nº. DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	ESCOLARIDADE
CPE-17	01	Auxiliar de Necropsia	I	4ª série do 1º Grau
CPE-18	21	Auxiliar de Saúde	I	1º Grau c/habilitação no COREM
CPE-19	01	Auxiliar de Farmácia	I	1º Grau c/habilitação no COREM
CPE-20	03	Fiscal Sanitário	I	1º Grau
CPE-21	01	Técnico de Laboratório	VII	2º Grau c/habilitação
CPE-22	01	Técnico de Enfermagem	VII	2º Grau c/habilitação
CPE-23	01	Assistente Social	XIV	Superior
CPE-24	01	Bioquímico	XVI	Superior
CPE-25	10	Cirurgião Dentista	XVI	Superior
CPE-26	01	Enfermeiro	XVI	Superior
CPE-27	06	Médico Clínico Geral	XVI	Superior
CPE-28	01	Médico da Família	XVII	Superior c/especialização
CPE-29	01	Médico Ortopedista	XVII	Superior c/especializa



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

				ção
CPE-30	01	Médico Anestesiologista	XVII	Superior c/especialização
CPE-31	01	Psicólogo	XIV	Superior

Categoria Fundamental da Área Operacional - AO

CÓDIGO	Nº. DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	ESCOLARIDADE
CPE-32	108	Auxiliar de Serviços	I	Sem exigência de escolaridade
CPE-33	04	Operador de Máquinas	VII	4ª Série do 1º Grau
CPE-34	01	Mestre de Obras	XI	1º Grau
CPE-35	01	Engenheiro Civil	XV	Superior
CPE-36	01	Desenhista Projetista	XI	2º Grau – Especialização
CPE-37	10	Motorista de Veículos Leves	VI	Alfabetizado c/ habilitação CNT
CPE-38	10	Motorista de Veículos Pesados	VII	Alfabetizado c/ habilitação CNT
CPE-39	02	Mecânico de Veículos	VI	4º série do 1º Grau
CPE-40	02	Mecânico de Máquinas Pesadas	VII	4º série do 1º Grau
CPE-41	01	Marceneiro	VII	Alfabetizado

Anexo III

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO

NÍVEL	VENCIMENTOS
I-C	408,00
II-C	480,00
III-C	600,00
IV-C	720,00
V-C	840,00
VI-C	960,00
VII-C	1.200,00

OBS: VALORES EXPRESSOS EM REAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

ANEXO IV

NÍVEIS/GRADUAÇÃO	A	B	C	D	E	F	G	H
I	120,00	126,00	132,00	138,00	144,00	150,00	156,00	162,00
II	168,00	174,00	180,00	186,00	192,00	198,00	204,00	210,00
III	216,00	222,00	228,00	234,00	240,00	246,00	252,00	258,00
IV	264,00	270,00	276,00	282,00	288,00	294,00	300,00	306,00
V	312,00	318,00	324,00	330,00	336,00	342,00	348,00	354,00
VI	360,00	366,00	372,00	378,00	384,00	390,00	396,00	402,00
VII	408,00	414,00	420,00	426,00	432,00	438,00	444,00	450,00
VIII	456,00	462,00	468,00	474,00	480,00	486,00	492,00	498,00
IX	504,00	510,00	516,00	522,00	528,00	534,00	540,00	546,00
X	552,00	558,00	564,00	570,00	576,00	582,00	588,00	594,00
XI	600,00	606,00	612,00	618,00	624,00	630,00	636,00	642,00
XII	648,00	654,00	660,00	666,00	672,00	678,00	684,00	690,00
XIII	696,00	702,00	708,00	714,00	720,00	726,00	732,00	738,00
XIV	744,00	750,00	756,00	762,00	768,00	774,00	780,00	786,00
XV	792,00	798,00	804,00	810,00	816,00	822,00	828,00	834,00
XVI	840,00	846,00	852,00	858,00	864,00	870,00	876,00	882,00
XVII	2520,00	2646,00	2778,30	2917,21	3.063,07	3.216,23	3.377,04	3.545,90

OBS: valores expressos em reais.